

# REVISTA **TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA**



Do começo

PÁGINAS 1 E 2

Rio da vida

PÁGINAS 3 E 4

Território e  
mineração

PÁGINAS 5 A 12

Educação ambiental  
e mobilização social

PÁGINAS 13 A 19

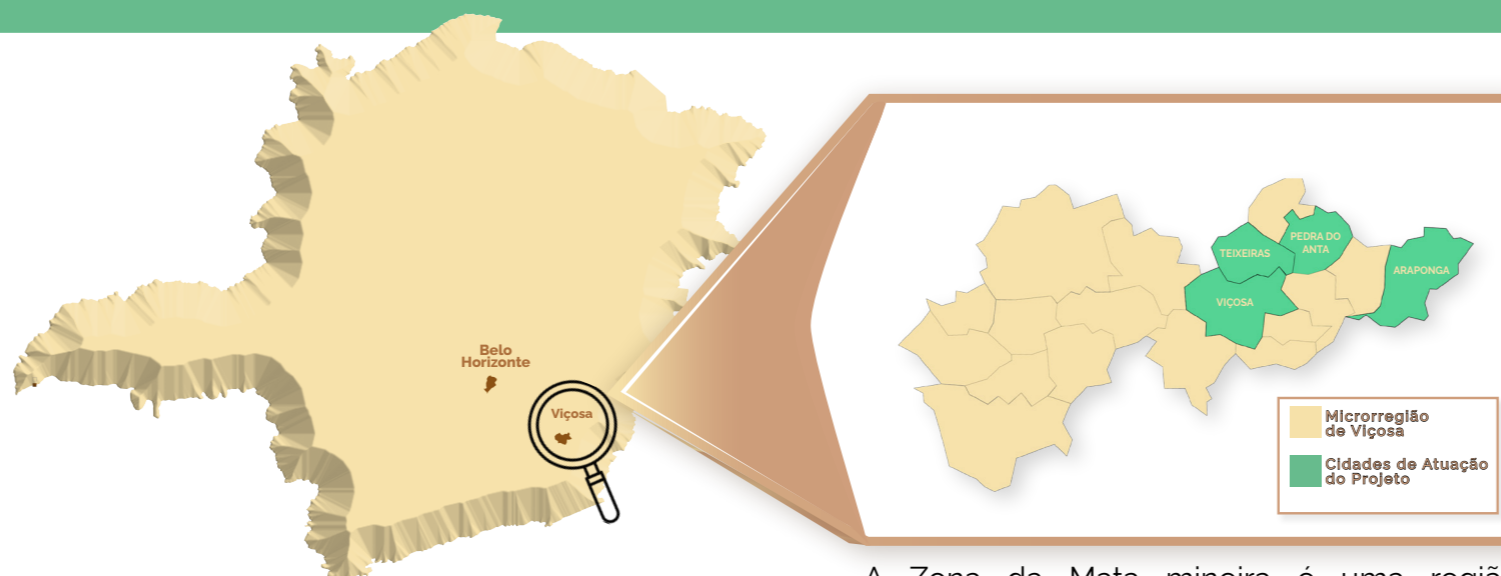
RENIPÚ  
O JOGO

PÁGINAS 22

Esta revista é um dos resultados do projeto “A destruição não acabou: resistência, reconstrução e reparação. Organização social e educação ambiental a partir da experiência minerária na Zona da Mata de Minas Gerais”, que adotou o nome fantasia Territórios em Resistência. Desenvolvido nos municípios de Araponga, Teixeiras, Pedra do Anta e Viçosa (MG), o projeto foi executado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio do termo de fomento nº 963456.

Fundamentado no acolhimento, na escuta ativa e no compromisso com as comunidades atingidas e ameaçadas pela mineração, o projeto adotou uma abordagem político-pedagógica baseada na educação popular, tendo o diálogo como método e a valorização do saber popular como princípio, o que orientou a realização de visitas de campo, entrevistas, ações de educação ambiental em escolas, realização de cartografia social com o povo Puri e reuniões voltadas à consolidação de coletivo de pessoas engajadas e à coletivização de informações levantadas. Essas ações possibilitaram a identificação de violações de direitos relacionadas à atuação de uma empresa mineradora, como danos ambientais, impactos no acesso à água, mudanças nos modos de vida e a ausência de informação e participação, ao mesmo tempo em que fortaleceram e deram visibilidade às estratégias de resistência construídas pelas próprias comunidades.

Ao reunir essas experiências, esta revista contribui para o debate público sobre os impactos da exploração mineral e evidencia que resistir à mineração é também afirmar outros projetos de futuro, baseados no cuidado com a terra, na coletividade e no direito das comunidades e povos originários de decidir sobre seus territórios. Nesse sentido, afirma a Educação Ambiental crítica como caminho para disputar narrativas sobre a mineração e fortalecer a posição das comunidades diante das mineradoras.



SUMÁRIO

<b>O Território</b>	<b>02</b>
<b>Rio da vida</b>	<b>03</b>
<b>Mineração no território</b>	<b>05</b>
<b>Água e território</b>	<b>06</b>
<b>Trabalho e mineração</b>	<b>07</b>
<b>Gênero, território e mineração</b>	<b>09</b>
<b>Infâncias e mineração</b>	<b>10</b>
<b>Caminhos da mineração</b>	<b>12</b>
<b>Educação Ambiental e mobilização social</b>	<b>13</b>
<b>Mineração de Ponta a Ponta</b>	<b>13</b>
<b>I Ciclo de Diálogos</b>	<b>14</b>
<b>Mapeamento Puri</b>	<b>15</b>
<b>Educação ambiental nas escolas</b>	<b>16</b>
<b>Fala Juventude</b>	<b>18</b>
<b>Políticas Públicas, Participação popular e a defesa dos territórios</b>	<b>20</b>
<b>Reflexões Finais</b>	<b>21</b>
<b>Renipú - O jogo</b>	<b>22</b>

A Zona da Mata mineira é uma região marcada por serras, vales, nascentes e uma forte presença de territórios rurais onde a agricultura familiar desempenha papel central na economia, na cultura e na reprodução da vida. Municípios como Araponga, Teixeiras, Viçosa e Pedra do Anta compartilham uma história de ocupação ligada ao trabalho no campo, à produção de alimentos e à construção de modos de vida baseados na relação direta com a terra e a água. Nesses territórios, a agricultura familiar sustenta comunidades, abastece mercados locais e regionais e preserva práticas tradicionais de manejo do solo, das sementes e das águas.

A produção diversificada, com destaque para o café, a horticultura, a criação de animais de pequeno porte e os quintais produtivos, é também base de redes de solidariedade, trocas comunitárias e organização social no meio rural.

Nos últimos anos, a região tem enfrentado o avanço da mineração, que tem se

dado principalmente por meio de miniminas e processos de pesquisa mineral. Embora apresentadas como empreendimentos de menor impacto, essas iniciativas têm gerado conflitos socioambientais, sobretudo em áreas rurais, onde as atividades dependem diretamente da integridade dos territórios, das nascentes e dos cursos d'água.

A expansão da mineração é um fator de desestruturação dos modos de vida locais, ao impor riscos ambientais, alterar dinâmicas sociais e aprofundar desigualdades. Além dos impactos ambientais, há relatos de restrições ao acesso à informação, ameaças, fragilização da participação comunitária e insegurança quanto ao futuro das famílias agricultoras.

Nesse contexto, os territórios rurais da Zona da Mata se tornam espaços de disputa entre diferentes projetos de desenvolvimento. De um lado, a agricultura familiar, a agroecologia e as práticas sustentáveis, que afirmam o cuidado com a terra, a soberania alimentar e a permanência das comunidades. De outro, o modelo mineral, marcado pela exploração intensiva dos bens naturais e pela concentração de benefícios fora dos territórios atingidos.

Compreender esse contexto é fundamental para reconhecer que os conflitos em curso não se limitam a impactos pontuais, mas dizem respeito ao direito das comunidades de decidir sobre seus territórios, seus modos de vida e seus futuros. Na Zona da Mata mineira, a defesa da agricultura familiar e dos territórios rurais é também a defesa da água, da vida e da justiça socioambiental.



Comunidade São Pedro, Teixeiras (MG). Área minerada pela ZMM, onde a agricultura familiar resiste enquanto a mineração avança

Foto: Carlos Fernando Ribeiro

2016 Início das pesquisas da ZMM no território

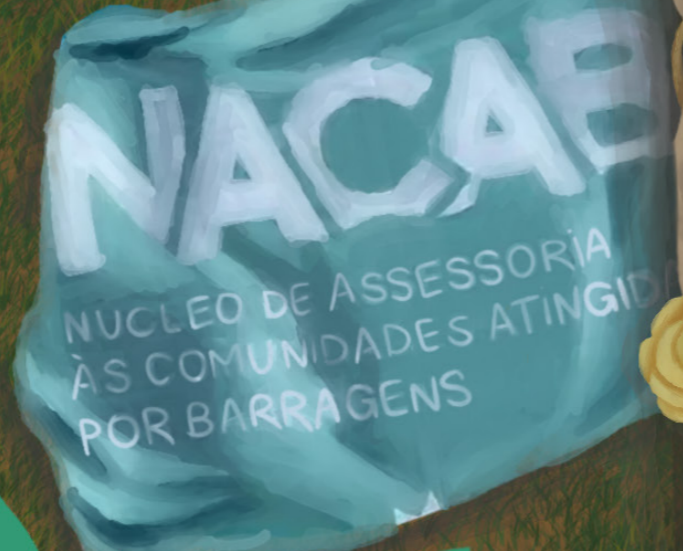
2017 Início da assessoria jurídica do NACAB

2019 Início do processo de lavra

2023 ZMM entra com pedido de recuperação judicial

Embargo parcial das atividades da ZMM

Licença Ambiental da ZMM é suspensa



NESTE RIO DA VIDA REPRESENTAMOS A TEMPORALIDADE DO PROJETO, E O CONJUNTO DE AÇÕES E EVENTOS DESDE A CHEGADA DA MINERADORA ZONA DA MATA MINERAÇÃO (ZMM) AO TERRITÓRIO ATÉ O MOMENTO ATUAL. O PERCURSO CONTEMPLA TAMBÉM AS DIFERENTES ETAPAS DO PROJETO, EVIDENCIANDO NÃO APENAS AS INICIATIVAS REALIZADAS AO LONGO DO TEMPO, MAS TAMBÉM OS PRINCIPAIS EVENTOS E AÇÕES QUE TANGENCIARAM O PROJETO NO CONTEXTO DA ZONA DA MATA MINEIRA E QUE AJUDARAM O PROJETO A SE INSERIR NO TERRITÓRIO. ASSIM, O RIO ORGANIZA E CONECTA OS FATOS, AS MOBILIZAÇÕES, OS DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIOS, PERMITINDO UMA LEITURA INTEGRADA DA TRAJETÓRIA CONSTRUÍDA.



2025 Início do Projeto Territórios em Resistência

- Ciclo de Diálogos - Questão mineral no Brasil e na Zona da Mata mineira

- Ciclo de Diálogos - Mineração em Teixeira, Pedra do Anta e Viçosa - MG

Entrevistas em Teixeira

- Intercâmbio - Água e mineração

Curso "Mineração de Ponta a Ponta" - Uso da rochas e minerais e prospecção mineral pelas empresas

Curso "Mineração de Ponta a Ponta" - Controle do solo e do subsolo e os descaminhos da mineração

- Ciclo de Diálogos - Mineração e Educação

- Ciclo de Diálogos - Educação Ambiental Crítica e mineração

XIII Congresso Brasileiro de Agroecologia

Conferência Territorial da Serra do Brigadeiro (dos Puri)

Reuniões para mapeamento Puri

XVI Troca de Saberes da UFV

Entrevistas em Pedra do Anta

Operação Guardiões de Areia

Curso "Mineração de Ponta a Ponta" - Intercâmbio Agroecológico em Araponga

I Conferência Territorial do Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira

Cúpula dos Povos e COP30

Caminhada Franciscana

XIII Festa da Trabalhadora e do Trabalhador Rural - Viçosa

Justiça interdita ZMM por atividades irregulares (mpmg.mp.br)

Curso "Mineração de Ponta a Ponta" Módulo I

Reunião de 20 anos da Comissão de Enfrentamento à Mineração

Atividades de Educação Ambiental nas Escolas

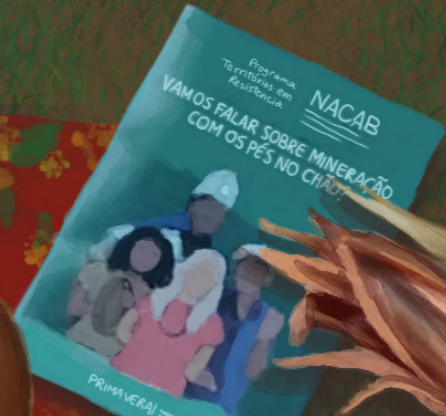
Mineração predatória foi assunto na COP30 (Nacab.org.br)

Operação Rejeito

PL da Devastação

Entrevistas em Viçosa

Reunião com a comunidade em Pedra do Anta



2026 Reuniões para mapeamento Puri

Mapeamento Puri

### CHEGADA, VIOLAÇÕES E AÇÕES JUDICIAIS

Mesmo diante da forte pressão exercida desde a Revolução Verde, com a inserção de insumos agroindustriais, muitas famílias permanecem firmes em sistemas produtivos diversificados, articulando saberes ancestrais com tecnologias sociais que contribuem para a permanência digna no campo.

Nesse contexto, agricultoras e agricultores cultivam uma terra fértil a partir do uso de sementes crioulas, dos saberes populares e da compreensão de que os seres humanos são parte da natureza, devendo, portanto, cuidar e defender o território contra intervenções que o coloquem em risco. A mineração se apresenta, sobretudo nas últimas décadas, como uma ameaça constante, sustentada pelo discurso do desenvolvimento local e pelo apelo à transição energética. Em contraposição, territórios agroecológicos da Zona da Mata têm se organizado em defesa de territórios livres de mineração, promovendo caminhadas em defesa das águas, fóruns, reuniões e processos formativos que fortalecem a unidade e a luta em defesa da casa comum.

**A Zona da Mata Mineira é um território historicamente marcado pela agricultura familiar, que construiu, ao longo de gerações, uma relação profunda com a terra, as águas e as matas.**



Entretanto, a região também abriga realidades distintas, onde prevalece o chamado agronegócio, caracterizado pela inserção das famílias em sistemas produtivos orientados pela lógica do agronegócio e pela mercantilização da terra e da produção. Essa dinâmica tende a favorecer a expansão do capital mineral, uma vez que prioriza o lucro em detrimento da articulação comunitária, política e territorial (FIOCRUZ, 2023).

A chegada da mineração na Zona da Mata ocorreu de forma gradual na Serra do Brigadeiro (Serra dos Puris), com a exploração de bauxita, e de maneira abrupta na microrregião de Viçosa, especialmente nos municípios de Teixeira e Pedra do Anta. Amparada pelo licenciamento ambiental simplificado LAC1, previsto no Decreto nº 47.383/2018, a empresa Zona da Mata Mineração S.A. iniciou suas atividades de forma repentina. Além disso, contou com os benefícios do Decreto nº 9.406/2018, que instituiu a Guia de Utilização (GU), permitindo a extração e comercialização de determinadas substâncias minerais antes mesmo da concessão definitiva da lavra.

Antes da instalação do empreendimento,

a empresa realizou visitas aos gabinetes aos gestores públicos locais, prometendo geração de empregos e crescimento econômico. Enquanto isso, nas comunidades rurais, as famílias agricultoras mantinham sua produção baseada no uso da água para o cultivo de grãos, hortaliças, legumes e frutas, além da criação de gado leiteiro e de corte, porcos caipiras e galinhas soltas nos quintais. A vida comunitária seguia marcada pela tranquilidade, pelos encontros religiosos e pelas relações de vizinhança, sem o conhecimento dos impactos que estavam por vir.

Foto: Carlos Fernando Ribeiro



Comunidade São Pedro, Teixeira (MG). Área minerada pela ZMM. Lençol freático atingido pela perfuração, formando um lago.

### ÁGUA PARA A VIDA VERSUS ÁGUA PARA A MINERAÇÃO

Rios, córregos, nascentes, olhos d'água são fundamentais para a reprodução da vida, da agricultura familiar, da criação animal, das relações comunitárias e religiosas. Sendo utilizada para o consumo humano, preparo de alimentos, para a irrigação dos cultivos, para saciar a sede dos animais, para atividades domésticas, para a pesca, para o lazer e muita brincadeiras das crianças. A água é entendida como bem comum, que deve ser (preservada/protegida) para garantir a vida em abundância das gerações presentes e futuras.

Nos territórios acompanhados pelo projeto, a água não é compreendida apenas como recurso natural, mas como elemento estruturante da vida comunitária. Nas entrevistas realizadas com agricultoras/es, a água aparece associada ao cultivo dos alimentos, ao cuidado com os animais, à alimentação, à higiene, às práticas culturais,

Foto: Carlos Fernando Ribeiro



**A água tem um lugar central na vida das comunidades da Zona da Mata mineira, sendo ela um dos pilares da defesa desse território.**

religiosas e à memória coletiva do território. Essa relação estabelecida com a água e os impactos a partir da chegada da mineradora, ficam bem explícitos no relato de uma moradora de Pedra do Anta, atingida pela atuação da ZMM:

**“Aqui tinha uma represa, que é de anos e anos. Era o sonho, a menina dos olhos do meu marido, da família, de chegar e dizer, “coisa mais linda”! Aí logo veio a mineradora e foi assoreando tudo. Aí não existe mais e é uma coisa que dói muito no meu marido. \*”**

Entrevistada pelo projeto

Antes da mineração, a água era descrita como abundante e acessível. Rios, córregos e nascentes faziam parte do cotidiano das famílias, garantindo a reprodução da vida material e simbólica. A água era compartilhada, cuidada coletivamente e entendida como bem comum. Com a chegada da mineração, essa relação se rompe. A água passa a ser apropriada como insumo produtivo, subordinada à lógica do lucro e da exploração mineral. Nas falas dos entrevistados, emerge a percepção de que, enquanto as comunidades enfrentam restrições, a mineradora mantém amplo acesso aos recursos hídricos.



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

**DEPENDÊNCIA MINERAL: EMPREGOS TEMPORÁRIOS, IMPACTOS PERMANENTES**

A mineração costuma chegar aos territórios acompanhada de uma promessa forte: a geração de empregos e o desenvolvimento local. É assim que empresas do setor costumam justificar sua instalação em comunidades rurais e pequenas cidades. No entanto, quando observamos a realidade vivida por muitas dessas regiões, percebe-se que a relação entre mineração e trabalho

é bem mais complexa, e muitas vezes contraditória.

Os empregos criados pela mineração, em geral, não são estáveis nem duradouros. Grande parte das vagas disponíveis para a população local é temporária e de baixa qualificação, com salários menores e pouca segurança de continuidade. Enquanto isso, os cargos técnicos e melhor remunerados costumam ser ocupados por trabalhadores que vêm de fora, já qualificados e contratados pelas empresas. Assim, a promessa de melhoria econômica para a comunidade

acaba não se concretizando como esperado. Ao mesmo tempo em que cria alguns postos de trabalho, a mineração frequentemente destrói outras formas locais de renda. Quando nascentes e córregos são afetados, por exemplo, atividades como agricultura, criação de peixes e outras economias tradicionais se tornam inviáveis. O resultado é a perda de ocupações que já existiam e que poderiam continuar sustentando famílias por gerações. Em vez de fortalecer a economia local, a mineração acaba substituindo atividades duradouras por empregos temporários, criando o que muitos chamam de dependência mineral: quando a cidade

comunidades. A situação tornou-se ainda mais grave quando a empresa declarou falência e deixou o território sem quitar salários e pendências com trabalhadores. Muitos funcionários ficaram sem receber, demonstrando como, no fim do ciclo, quem mais sofre são justamente os trabalhadores e as comunidades que apostaram na promessa de emprego e desenvolvimento. (“vendida pela empresa”). O que fica evidente é que a mineração pode até gerar trabalho, mas raramente constrói bases sólidas para um desenvolvimento local duradouro. Quando a empresa vai embora, permanecem os impactos ambientais, a perda de atividades



passa a depender de uma atividade que tem prazo para acabar.

O caso da Zona da Mata Mineração (ZMM), em Teixeira e Pedra do Anta, ilustra bem essa situação. A empresa manteve suas operações mesmo durante o período de pandemia e passou a utilizar explosivos, obrigando moradores a deixarem suas casas durante as detonações. Trabalhadores circulavam entre diferentes cidades da região, aumentando preocupações de saúde e segurança nas

econômicas tradicionais e trabalhadores sem garantia de futuro. A discussão sobre mineração e emprego precisa ir além da promessa imediata de vagas. É necessário perguntar que tipo de trabalho está sendo criado, para quem ele serve e o que fica quando a exploração termina. Sem essa reflexão, comunidades continuam trocando economias locais estáveis por ciclos curtos de exploração que deixam, ao final, mais dependência do que desenvolvimento.

\* Por responsabilidade do projeto através do termo de consentimento livre e esclarecido e de utilização do uso de imagem, optamos por não nomear os entrevistados na revista pela segurança e sigilo dos mesmos, proposto nos termos de responsabilidade.

## MULHERES NA LINHA DE FRENTE DO ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO

A mineração aprofunda desigualdades de gênero já existentes. Seus impactos ambientais e sociais recaem de maneira desproporcional sobre as mulheres, que passam a acumular ainda mais responsabilidades no cotidiano. Quando a água se torna escassa ou contaminada, aumenta o tempo dedicado ao trabalho doméstico: a poeira levantada pelo tráfego de caminhões exige mais horas de limpeza, a redução da produção agrícola amplia a insegurança alimentar e frente ao adoecimento de familiares, recai novamente sobre elas o trabalho do cuidado e da saúde.

Além disso, a mineração reorganiza a economia local e transforma o cotidiano das comunidades. Em muitos casos, atividades tradicionais de geração de renda, como agricultura, criação de peixes e até mesmo turismo, perdem espaço diante da atividade minerária, tornando as famílias dependentes de

um setor que tem um ciclo e prazo definidos.

Quando empresas encerram operações ou abandonam territórios, restam desemprego, endividamento e insegurança econômica, impactos que recaem mais uma vez de forma mais intensa sobre as mulheres, responsáveis por garantir a sobrevivência familiar diante da escassez.

Parte fundamental desse processo é sustentado pelo trabalho das mulheres que permanece invisível. Preparar alimentos, lavar roupas, limpar, cuidar de crianças, idosos e pessoas doentes e manter as estruturas de apoio funcionando são atividades frequentemente desempenhadas por mulheres e raramente reconhecidas. Trata-se de um trabalho essencial de reprodução e manutenção da vida, mas desvalorizado e, quase sempre, não remunerado.

Ao mesmo tempo, o assédio é uma experiência recorrente em áreas minerárias e costuma aparecer como parte silenciosa do cotidiano de mulheres e crianças nesses territórios. Ele ocorre nos locais de trabalho, nos alojamentos, nos bares, na circulação pelo território e até mesmo nas residências. O medo de retaliação, o descrédito diante de denúncias e a dificuldade de acesso a canais seguros de proteção acabam contribuindo para o silenciamento.

Apesar das violências e desigualdades, emergem mulheres líderes que assumem papéis centrais, articulado a organização e luta coletiva na defesa das comunidades. Essas lideranças não se constroem a partir de cargos formais, mas do reconhecimento comunitário, da escuta e da capacidade de mobilização diante das ameaças ao território e às condições e modos de vida locais.

Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser visto como fragilidade, e passa a ser força política. Ao reafirmar o direito da permanência das famílias, dos modos de vida e da memória, essas mulheres apontam para um projeto de futuro orientado pela vida e pela justiça socioambiental. Fortalecer e visibilizar essas lideranças é condição fundamental para qualquer processo real de reparação e transformação social.

“**Agente tem até um laudo psicológico anexado em processos judiciais. Já teve uma psicóloga na comunidade, que conversou muito com minha mãe, na época minha mãe era viva, meu pai era vivo. E nesse laudo, ela a psicóloga, descreve bastante a situação psicológica que foi afetada pela mineração, principalmente aqui em casa.**”

Entrevistada pelo projeto

## DO VERDE AO CINZA: IMPACTOS DA MINERAÇÃO NAS INFÂNCIAS

Em poucos anos, onde antes as infâncias transbordavam em verde, água correndo e quintais abertos; agora já encontra o cinza, o solo exposto, o silêncio onde antes havia mata. Não é apenas a paisagem que muda, é o repertório sensorial da infância. Aquilo que se vê, se toca, se respira e se escuta nos primeiros anos de vida molda a forma como se entende o mundo. A presença constante de poeira, ruídos e tráfego intenso de caminhões, somada à contaminação da

água e do solo, afeta diretamente a saúde das crianças, mais vulneráveis a problemas respiratórios, dermatológicos e intoxicações. A insegurança hídrica e alimentar decorrente da degradação ambiental compromete o desenvolvimento físico e cognitivo, aprofundando desigualdades já existentes em comunidades rurais e periféricas. Trata-se de uma realidade que confronta diretamente o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

garantir, em seu artigo 4º, o direito à vida, à saúde e ao desenvolvimento em condições dignas, e, no artigo 16, o direito à liberdade, ao respeito e à convivência comunitária. A infância é também território de vínculo, pertencimento e imaginação. Quando rios são interditados, quintais deixam de produzir, morros são escavados e comunidades passam a viver sob ameaça constante de rompimentos ou remoções, interrompem-se as experiências de brincar, circular livremente e aprender com a natureza. O medo, o luto ambiental e a ruptura de laços comunitários passam a integrar o cotidiano infantil, afetando a saúde mental e a própria construção de identidade.

**“ A [filha] mais velha chegou e já viu tudo verde, já o caçula só chegou a ver tudo desmatado, tudo cinza. Ninguém escuta a parte que ficou prejudicada. Ela [filha] brincou muito. Mas agora ela não vai mais pra casa do vô, lógico que sente falta né. ”**

Entrevistada pelo projeto



Foto: Alessandra Bernardes Faria Campos

Reportagem Brasil de fato/Foto: Vinicius Vieira

## ATINGIDOS OU AFEADOS? VIÇOSA COMO ROTA DE ESCOAMENTO DAS CARRETAS DA ZMM.

A atuação da empresa Zona da Mata Mineração (ZMM) na região evidenciou uma fragilidade importante no processo de licenciamento ambiental: a ausência de definição prévia de uma rota de escoamento da produção. Mesmo sem essa informação, o empreendimento foi autorizado, o que permitiu que a empresa utilizasse diferentes caminhos ao longo do tempo, atravessando comunidades rurais e áreas urbanas de municípios como Teixeiras e Viçosa.

Na prática, isso significou a circulação diária de carretas de grande porte por vias que não estavam preparadas para esse tipo de tráfego. Em períodos de maior atividade, chegavam a circular cerca de 30 carretas por dia. Nas entrevistas realizadas aos afetados pelo fluxo intenso de carretas, gerando uma série de impactos diretos no cotidiano das comunidades: aumento de acidentes, danos à infraestrutura urbana, dificuldades no trânsito e insegurança para pedestres, ciclistas e motoristas.

Além dos riscos imediatos, como colisões e atropelamentos, os relatos das entrevistas apontam para efeitos contínuos sobre a qualidade de vida. O barulho constante afetou o descanso da população e interferiu em espaços sensíveis, como o entorno do hospital São João Batista, em Viçosa. No comércio local, trabalhadores precisaram adaptar seus estabelecimentos para conseguir manter o funcionamento diante do ruído intenso e da grande propagação de poeiras resultante do minério. Já nas residências, a circulação das carretas contribuiu para o aumento da poeira, especialmente pela ausência de



Manifestação de moradores de Viçosa contra a circulação de carretas de minérios na cidade

cobertura adequada das cargas, trazendo preocupações com a saúde.

Esses impactos dialogam diretamente com outras dimensões apresentadas nesta revista. Assim como observado nas seções sobre água, infância e trabalho, os efeitos da mineração não se restringem ao local da extração, mas se espalham pelo território, alterando rotinas, relações e condições de vida. No caso das crianças, por exemplo, a circulação das carretas afetou a autonomia e a segurança nos deslocamentos cotidianos, como o trajeto até a escola. Para idosos e pessoas em tratamento de saúde, o risco e o desconforto se tornaram ainda mais significativos.

O caso também reforça a importância de políticas públicas e de uma atuação mais rigorosa dos órgãos responsáveis pelo licenciamento e fiscalização. A definição de rotas de escoamento, o controle do tráfego e a responsabilização das empresas são medidas essenciais para evitar que os custos do empreendimento sejam transferidos para as comunidades.

Ao observar essa realidade, torna-se evidente que o debate sobre mineração precisa considerar não apenas os impactos ambientais diretos, mas também os efeitos sobre a mobilidade, a saúde e a vida cotidiana das populações. A circulação das carretas, muitas vezes tratada como um aspecto secundário, revela-se como um dos elementos centrais na compreensão das desigualdades geradas por esse modelo de exploração.

## CONHECER PARA RESISTIR: CURSO “MINERAÇÃO DE PONTA A PONTA”

Conhecer experiências de outros lugares pode nos ajudar a revisitar nossas próprias experiências e histórias. Além disso, pode ser caminho para perceber coisas que ainda não percebemos, nos precavermos sobre o que pode estar por vir e construir caminhos para defender nossos territórios! Na nossa região, primeiro Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Brasil, são muitas e seculares as experiências de “mutirão” entre as pessoas e a natureza, de luta para proteger o ambiente e produzir e garantir os direitos e a soberania dos povos que vivem na região diante das ameaças que avançam sobre nossos territórios, entre elas, a mineração.

Durante o projeto “Territórios em Resistência” promovemos uma série de ações no sentido de colocar diferentes territórios da Zona da Mata em diálogo e refletir coletivamente sobre os diálogos realizados em entrevistas com as famílias atingidas pela atuação da ZMM. Os intercâmbios, no contexto do Curso “Educação Ambiental Mineração de Ponta a Ponta” foram um dos caminhos para isso. O planejamento e a execução do Curso aconteceram em cinco momentos. O primeiro deles foi um intercâmbio na comunidade de São Pedro, em Teixeira, realizado no primeiro semestre de 2025.



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

O intuito foi observar de perto os impactos deixados pela empresa Zona da Mata Mineração S.A (ZMM) e apontar caminhos para a reparação. Estiveram presentes moradoras da comunidade, pesquisadoras/es de diversas áreas, militantes do MAM e técnicas/os do NACAB.

Nesse intercâmbio foi que surgiu a ideia do Curso. Fortalecendo uma rede de parceiros no debate crítico e no enfrentamento à mineração e de afirmação da agroecologia, a formação foi idealizada, planejada e executada a partir da equipe do projeto, com co-laboração decisiva de professoras/es e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POeMAS). O objetivo central do curso foi, de forma transdisciplinar, ampliar os conhecimentos sobre a terra, as rochas e os ciclos da natureza e as relações sociais relacionadas à mineração e promover diálogos e trocas entre comunidades que vivenciam diferentes experiências



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

de ameaças, violações e resistência à mineração. O curso foi realizado em quatro encontros nos municípios de abrangência do projeto Territórios em Resistência: Teixeira, Araponga, Viçosa e Pedra do Anta.

O processo teve como um dos focos o realce da vontade do grupo de aprender e lidar coletivamente com os desafios, bem como a força de um processo educativo territorializado nas comunidades e que envolveu uma diversidade de pessoas: agricultoras/es, professoras da educação básica, pesquisadores/as, estudantes

de graduação, militantes de movimentos sociais, assessoras/es técnicas/os do campo agroecológico.

“ Todos estávamos aprendendo muito. A experiência foi uma oportunidade para a universidade estar mais perto das comunidades e cumprir sua função social ”

Professor Edgar Batista de Medeiros Júnior  
Departamento de Solos da UFV

## MINERAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Visando consolidar a rede de parceiros nos diálogos críticos sobre mineração na Zona da Mata mineira e fomentar debates sobre políticas públicas e ações de educação ambiental que tratem do tema da mineração, numa perspectiva popular e soberana, foi realizado “I Ciclo de Diálogos Territórios em Resistência: mineração, mobilização social e educação”. Numa abordagem multiescalar, a atividade consistiu na realização de uma série de debates, ao longo de 2025, que abordaram a questão mineral em nível nacional e numa escala regional, tratando de aspectos particulares da mineração na Zona da Mata mineira, em especial, nos municípios de atuação do Projeto Territórios em Resistência.

Os encontros tiveram educadoras/es que conduziram a elaboração e as provocações sobre os temas geradores dos encontros que tiveram a sede do NACAB e a UFV como locais de sua realização. Os diálogos



foram abertos à comunidade interessada e envolveram organizações, grupos e movimentos parceiros e membros da equipe do NACAB.

De modo central, foram feitas reflexões e provocações sobre os enlaces entre educação e mineração, bem como sobre o tema da educação ambiental, campo de sentidos e práticas em disputa quando do assunto é mineração.



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

O Ciclo de Diálogos foi espaço de partilhas de conhecimentos, reflexões e elaborações coletivas sobre mineração e educação que contribuíram para elaborar caminhos para fissurar as desigualdades de forças que marcam a disputa de narrativas sobre a mineração em nosso país.



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

**Promover uma educação ambiental crítica sobre a mineração é essencial para fortalecer a posição das comunidades diante dos discursos das mineradoras!**

### MAPEAMENTO PURI ABHICHÃ"QUÊH! BHITANAH PUKY (NÓS EXISTIMOS! SOMOS PURI)

A região da Serra do Brigadeiro abriga territórios historicamente associados à presença ancestral do povo Puri. Esses territórios constituem espaços fundamentais de memória, reprodução cultural e construção de modos próprios de relação com a terra e os bens naturais.

A presença Puri é elemento central para a compreensão da dinâmica territorial contemporânea. Estudos etno-históricos indicam que o povo Puri ocupou extensas áreas do Sudeste brasileiro, com registros de presença histórica e atual em territórios hoje



Foto: Willian Apoleano

localizados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Atualmente, processos de ressurgência reafirmam a continuidade histórica do povo Puri nesses territórios, fortalecendo a luta pelo reconhecimento identitário, territorial e pelo acesso a direitos coletivos.

Nesse contexto, a cartografia social Puri, realizada no entorno da Serra do Brigadeiro,

consolidou-se como uma estratégia metodológica e política de fortalecimento territorial, afirmação identitária e organização comunitária, assumindo papel central na resistência aos impactos e às pressões decorrentes do avanço da mineração na região. Fundamentada no reconhecimento das comunidades como produtoras de conhecimento sobre seus próprios espaços, essa prática integrou saberes locais e conhecimentos técnicos, estimulou a circulação de memórias e saberes intergeracionais e fortaleceu vínculos de pertencimento.

Diferentemente da cartografia convencional, centrada em critérios técnico-administrativos, a cartografia social privilegiou referências culturais, históricas e ambientais definidas coletivamente, evidenciando áreas de uso tradicional, nascentes, territórios de importância sociocultural e espaços ameaçados pela atividade minerária, constituindo-se como instrumento de defesa territorial, incidência política e interlocução com políticas públicas e processos de garantia de direitos.

O processo de construção dos mapas

envolveu oficinas participativas, registrou trajetórias territoriais e identificou lugares de relevância sociocultural, como áreas de uso tradicional, nascentes, caminhos históricos e espaços de práticas culturais. Ao sistematizar essas informações, a cartografia social contribuiu para a visibilização da presença Puri e para o fortalecimento de processos de planejamento territorial orientados pelo respeito aos modos de vida, à autonomia comunitária e à proteção dos territórios frente às ameaças da mineração.

### Mapeamento Popular da Serra dos Puri (Brigadeiro)



Foto: Willian Apoleano

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NAS ESCOLAS: NARRATIVAS E TERRITÓRIOS

As atividades nas escolas integraram uma etapa fundamental do projeto, aproximando o debate sobre mineração das juventudes e dos educadores da região. Ao todo, foram realizadas ações em cinco escolas, localizadas nos municípios de Teixeira,

Pedra do Anta e Viçosa. Esses encontros partiram da pedagogia da educação popular, entendendo a escola como espaço de diálogo crítico e produção coletiva de conhecimento.

As atividades foram conduzidas a partir das percepções dos próprios alunos e professores. Em rodas de conversa, perguntamos o que sabiam sobre mineração, quais mudanças percebiam nos territórios



**PRA VOCÊ, O QUE É MINERAÇÃO?**

- ( ) Exploração do solo
- ( ) Exploração do solo com fins a retirar minério
- ( ) Parte de um processo de commodities
- ( ) Materiais retirados do solo para fazer celulares, joias, materiais de construção e afins.



Foto: Carlos Fernando Ribeiro

**Diante do avanço da mineração, especialmente por meio de miniminas, as políticas públicas têm papel estratégico na proteção dos territórios e dos direitos das comunidades da Zona da Mata mineira.**

apoio às escolas do campo e o estímulo a espaços de diálogo fortalecem a consciência crítica e a capacidade de organização comunitária frente aos conflitos socioambientais.

Políticas voltadas à agricultura familiar, à agroecologia, à regularização fundiária, à proteção das águas e ao fortalecimento das economias locais reduzem a vulnerabilidade dos territórios frente à pressão da mineração. Programas de assistência técnica, crédito, compras públicas e apoio à produção de alimentos oferecem alternativas concretas ao modelo mineral e fortalecem modos de vida sustentáveis. A educação ambiental, o apoio às escolas do campo e o estímulo a espaços de diálogo fortalecem a consciência crítica e a capacidade de organização comunitária frente aos conflitos socioambientais. No campo ambiental, políticas de licenciamento rigoroso, fiscalização efetiva e transparência são essenciais para prevenir danos, coibir violações de direitos e assegurar o acesso à informação. Em um cenário marcado pela pulverização de empreendimentos minerários, como no caso das miniminas, o fortalecimento da participação popular é ainda mais necessário para evitar a fragmentação dos impactos e a invisibilização dos conflitos. Fortalecer políticas públicas com controle social e participação efetiva significa reconhecer que os territórios rurais da Zona da Mata não são áreas vazias, mas espaços vivos, habitados e produtivos. A disputa pelas políticas públicas e pelo uso da CFEM é, portanto, também uma disputa por justiça socioambiental, autonomia local e pelo direito das comunidades de decidir sobre seus territórios.

**MULTAS PROGRESSIVAS PARA QUEM NÃO CUMPRIR METAS**

**INDENIZAÇÃO, AUXÍLIO FINANCEIRO, REASSENTAMENTO, REFLORESTAMENTO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DEBATES E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS SOBRE O ASSUNTO**

**AS EMPRESAS DE MINERAÇÃO DEVEM CONVERSAR COM A COMUNIDADE, OUVI-LA E RESPEITAR AS SUAS ESCOLHAS**

**E SE...**

Você pudesse criar uma política pública ou projeto de lei para ajudar a comunidade de atingidos e afetados pela mineração, que tipo de ideia você teria?

**PRA PENSAR...**

SOLO NÃO É SÓ CHÃO...

**É ALIMENTO, HISTÓRIA E FUTURO.**

Problema ambiental também é problema social. Quem tem mais informação decide melhor.

**POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO POPULAR E A DEFESA DOS TERRITÓRIOS**

Em municípios como Araponga, Teixeira, Viçosa e Pedra do Anta, onde a agricultura familiar sustenta a economia local, a segurança alimentar e a vida comunitária, a atuação do Estado é fundamental para garantir a permanência das famílias no campo e a preservação dos bens comuns.

Políticas voltadas à agricultura familiar, à agroecologia, à regularização fundiária, à proteção das águas e ao fortalecimento das economias locais reduzem a vulnerabilidade dos territórios frente à pressão da mineração. Programas de assistência técnica, crédito, compras públicas e apoio à produção de alimentos oferecem alternativas concretas ao modelo mineral e fortalecem modos de vida sustentáveis. A educação ambiental, o

### PARA SEGUIR ADIANTE

No mês de novembro de 2025, integrantes do Projeto Territórios em Resistência participaram da I Conferência Intermunicipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira, no município de Muriaé-MG. Neste evento estiveram reunidas cerca de 150 pessoas, representantes de 30 organizações para debater desafios e ameaças, para formular propostas e construir políticas públicas regionais voltadas à agricultura familiar, sustentabilidade e o fortalecimento da agroecologia.

Além de integrar os debates sobre ações para fortalecer o enfrentamento à mineração na região e garantir reparação integral das comunidades atingidas por empreendimento minerais, nesta conferência denunciemos os impactos e violações da Zona Mata Mineração (ZMM) e expressamos preocupação diante das movimentações de possíveis mineradoras que vem sendo observadas na comunidade de São Pedro, município de Teixeiras-MG, desde meados de 2025.

A ZMM deixou uma comunidade dividida, a economia local desestruturada, indenizações a serem pagas aos moradores, um rastro de destruição ambiental e dívidas com os trabalhadores. Como acompanhamos de perto, em setembro de 2025, a partir da Operação Guardiões de Areia, uma investigação conjunta da Polícia Civil e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de Minas Gerais, foram reveladas vinculações entre empresários da mineração em Teixeiras e a formação de milícia armada para beneficiar a empresa.

No município de Araponga-MG, também território de desenvolvimento de ações do Projeto, indígenas da etnia Puri, agricultoras e agricultores familiares e movimentos sociais se organizam para enfrentar o avanço da mineração, em especial, a mineração do ouro. As resistências se produzem a partir de processos seculares de afirmação de modos de vida, identidades, religiosidades populares, indígenas, camponesas presentes na região, referência central na construção do que hoje chamamos de agroecologia. Com organização popular e incidência política, a resistência se torna mais vigorosa e, passo a passo, a comunidade vai afirmando seu direito de decidir sobre seus territórios!

Diante da presença multifacetada da mineração na Zona da Mata mineira, o Projeto Territórios em Resistência vem fortalecer a luta popular, indígena, camponesa. Somando e propondo novas ações, o projeto apoiou a realização de reflexões, da aquisição de novos conhecimentos, a realização de encontros e na produção de materiais que fortalecem nossas caminhadas individuais e coletivas na construção e/ou fortalecimento da organização do povo para a defesa dos seus territórios e garantia de direitos!

Diante das enormes desigualdades que marcam as relações entre empresas mineradoras e as comunidades, o Projeto Territórios em Resistência contribui apoiando e desenvolvendo atividades de educação ambiental crítica, o mapeamento popular Puri e ações que articulam organizações e entidades parceiras no enfrentamento à mineração. Sementes plantadas com vigor, num solo fértil de histórias de luta em defesa da vida!

Saudações esperanças!

*Equipe do Projeto Territórios em Resistência  
Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB*

# Renipú

Adivinhe, conecte e descubra o território

## Você já tentou explicar uma imagem sem mostrar ela?

No Renipú, o desafio é esse! Inspirado em jogos de imaginação, o Renipú usa cartas com ilustrações do território – mostrando a natureza, as comunidades e também os impactos da mineração.

Você sabia?

Renipú significa "adivinha", na língua Puri.

### COMO JOGAR

Agora é a hora de adivinhar:

**Qual é a carta do narrador?**

Acertou a carta? +1 ponto

Cada pessoa que acertar ajuda o narrador a ganhar +1 ponto

**Desafio:**

Se todo mundo acertar ou ninguém acertar, o narrador não ganha ponto!

**ATENÇÃO**

Após cada rodada, as cartas usadas são embaralhadas e cada jogador retira mais uma carta

### COMO O JOGO ACONTECE

- 1 Todos os jogadores recebem 3 cartas
- 2 Cada rodada terá um jogador que será o **narrador**
- 3 O narrador olha as cartas (**sem mostrar**) e fala algo sobre ela...

Uma palavra

Uma frase

Um sentimento

um som

- 4 Os **outros jogadores** escolhem uma carta que combine com o que foi dito pelo narrador e todas são colocadas juntas.
- 5 Todas as cartas **são misturadas** e viradas na mesa

### QUANDO TERMINA

O jogo acaba quando o primeiro jogador completar 6 pontos.

Revista Produzida pelo Programa Territórios em Resistência,  
parceria entre o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas  
por Barragem (Nacab) e o Ministério do Meio Ambiente e  
Mudanças do Clima (MMA)

**Construção do Texto:** Alessandra Bernardes Faria  
Campos; Carlos Fernando Ribeiro de Souza; Claudinea  
Aparecida Ferreira; Indyra Giácomo Monteiro Dias; e  
Sara Abduani Brum

**Organização e edição de texto:** Carlos Fernando  
Ribeiro de Souza e Sara Abduani Brum

**Ilustrações:** Sara Abduani Brum

**Projeto Gráfico:** Carlos Fernando Ribeiro de Souza

**Integrantes do Projeto:** Alessandra Bernardes Faria  
Campos; Carlos Fernando Ribeiro de Souza; Claudinea  
Aparecida Ferreira; Indyra Giácomo Monteiro Dias; e  
Sara Abduani Brum

Digitalize o QR code com o  
celular e acesse todo material  
produzido pelo projeto

